

WEBER E FOUCAULT: DA RACIONALIDADE ASCÉTICA DA ALMA À DISCIPLINA DOS CORPOS NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Rebeca Fernandes Dias ⁶⁴

RESUMO

Este artigo pretende analisar a construção da subjetividade moderna inserida no processo de formação do capitalismo, a partir dos autores Max Weber e Michel Foucault. Do primeiro, aborda-se seu estudo sobre a constituição do ethos capitalista, por influência do ascetismo protestante, ligado à disciplina da alma; do segundo, foca-se na análise dos mecanismos de poder, desenvolvidos a partir do século XVIII, que têm como alvo a disciplina do corpo. Ambos os autores, ao seu modo, nos indicam uma subjetividade moderna, para além do discurso da autonomia da vontade, moldada de acordo com as exigências do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: subjetividade; capitalismo; ascetismo; disciplina.

ABSTRACT

This article analyzes the construction of modern subjectivity inserted in capitalism formation process, based on the authors Max Weber and Michel Foucault. From the first, we discuss his study on the establishment of the capitalist ethos, influenced by Protestant asceticism, connected to the discipline of the soul; from the second, we focus in the analysis of the mechanisms of power, developed from the eighteenth century, which targets the discipline of the body. Both authors, in their own way, show us a modern subjectivity, beyond the discourse of freedom of choice, shaped according to the requirements of the capitalist mode of production.

Keywords: subjectivity; capitalism; asceticism; discipline.

⁶⁴ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Università degli Studi di Firenze

1 INTRODUÇÃO

Quando faltamos ao trabalho e nos deflagramos com um sentimento de culpa, involuntário, será que temos consciência do porquê desta sensação? Por que nos sentimos mal quando achamos que o nosso tempo foi improdutivo? Por que será que, mesmo dispondo de 10 pares de sapatos, sentimos um enorme impulso para comprar o último lançamento da marca mais comentada no mercado? Por que somos estimulados a trabalhar mais de oito horas por dia para podermos ganhar mais e assim consumir mais? Por que devemos ter um padrão de conduta segundo o qual teremos a oportunidade de receber o prêmio do “funcionário do mês”? Por que temos que ser cada vez mais eficientes, ainda que isso não reflita em uma melhor qualidade de vida, mas apenas em mais prestígio perante a sociedade?

A maioria das pessoas não tem, ou muitas vezes nem sequer procura essas respostas, mas suas condutas delineiam-se exatamente por esses padrões, fazendo o sistema do capital funcionar como uma máquina, cujas engrenagens são seus próprios corpos utilizados e docilizados, e seus estilos de vida.

É curioso notar como o desenvolvimento do capitalismo está vinculado com a “descoberta” histórica do sujeito⁶⁵. A modernidade, processo histórico em que o sujeito, a subjetividade e a razão tornaram-se protagonistas, corresponde também ao palco do surgimento do capitalismo.

Fomos doutrinados para fazermos a máquina desse sistema funcionar. Mas o que nos condicionou a tanto? Qual o processo histórico que nos inseriu neste esquema e nos mobiliza a trabalharmos e consumirmos cada vez mais?

Autores como Max Weber e Michel Foucault, críticos ferrenhos da modernidade, contribuíram para a compreensão de algumas dessas questões suscitadas e é com algumas de suas ideias sobre o processo histórico em que o capitalismo se desenvolveu que tentaremos dialogar no presente trabalho.

65 Ao final do século XVIII aparece a era da história, e o saber, então, não mais apenas servirá para representar, mas será inserido numa temporalidade – o ser será conhecido por ter uma história e a história será o mecanismo de se conhecer o ser. O sujeito é o centro deste novo cenário, tanto como sujeito de conhecimento como objeto de conhecimento, sendo, portanto, empírico e ao mesmo tempo transcendental: “ao lado do reconhecimento da finitude do homem concreto, que vive, trabalha e fala, há a busca transcendental do fundamento do saber do próprio homem”. Como afirma Ricardo Marcelo Fonseca, a era da história é marcada pela tensão entre empírico e transcendental, e nesta tensão surgirá o sujeito. Foucault demonstra que o sujeito é fruto de uma história recente. Os saberes que possibilitaram o homem ter acesso a si se configuraram historicamente. A etnologia, a lingüística e a psicanálise são saberes que tomam o homem como objeto e que procuram entender a sua constituição, a constituição de sua subjetividade. (FONSECA, Ricardo Marcelo. *Modernidade e Contrato de Trabalho*. Editora LTR. São Paulo, 2001, p. 86).

Não se pretende aqui apresentar suas construções teóricas como verdades absolutas e nexos lógicos que acarretaram à realidade em que hoje estamos inseridos, mas sim utilizá-las como instrumentais e tentar encontrar nelas algumas aproximações no que diz respeito à compreensão da construção da subjetividade moderna ligada ao desenvolvimento histórico do capitalismo no contexto da modernidade ocidental.

2 MAX WEBER: A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Nessa obra Weber tenta mostrar como o capitalismo moderno se estruturou e quais foram as circunstâncias e os elementos que atribuíram a esse capitalismo as suas características peculiares, que o diferiu de tantos outros sistemas capitalistas que se desenvolveram em outras partes do mundo e em outras épocas.

Em sua opinião, o Ocidente veio a conhecer um tipo de capitalismo diverso e nunca antes encontrado: uma organização capitalística racional assentada no trabalho livre. A organização moderna racional da empresa capitalista foi viável graças à separação da empresa da economia doméstica e à criação da contabilidade racional.

Weber tenta buscar as origens deste capitalismo burguês com sua organização racional do trabalho.

Para o autor, o capitalismo moderno ocidental criou uma mentalidade econômica, um ethos que marcou o seu desenvolvimento: o moderno ethos econômico e a ética racional do protestantismo ascético.

O Protestantismo Ascético foi um dos grandes responsáveis pela construção do espírito capitalista. Os protestantes desenvolveram uma ética ascética e a ideia de uma vocação para a profissão⁶⁶.

A ideia de vocação foi um produto da Reforma e corresponde exatamente à “valorização do cumprimento do dever dentro das profissões seculares, no mais alto grau permitido pela atividade moral do indivíduo”⁶⁷. O trabalho secular cotidiano

66 A crença religiosa, das várias vertentes do protestantismo (calvinismo, pietismo, seitas batistas), interessa a Weber, justamente pela influência que, a partir dela, as sanções psicológicas orientaram a conduta e moldaram a vida dos indivíduos.

67 WEBER, Max. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12ª edição. São Paulo: Editora Pioneira, 1996, p. 53.

adquiriu um sentido religioso. A maneira de se viver perante Deus se realiza, de acordo com os protestantes, por meio de atividades, tarefas a serem realizadas no mundo⁶⁸.

A ideia de salvação, desmistificada e desencantada⁶⁹, é disseminada pela concepção protestante de condução ascética e racional da vida. Os instrumentos eleitos por Deus são aqueles de conduta virtuosa⁷⁰.

Na Terra, o homem, para estar seguro de seu estado de graça, deve trabalhar o dia todo – qualificação moral da atividade terrena. Prova-se a fé por meio de uma atividade secular. Apenas a atividade serve para aumentar a glória de Deus, e não o ócio e o prazer. O gozo da riqueza é visto como um sintoma de degradação moral. A satisfação de desejos não é atingível na Terra, pois assim determina a vontade de Deus. O ascetismo racional despreza qualquer tipo de emoção, sensação e desfrute individual. O ascetismo intramundano do protestantismo tem como objetivo o domínio metódico e racional da condução de sua vida.

A perda de tempo é o principal de todos os pecados – “aqueles que são pródigos com seu tempo desprezam a sua alma”. Assim, o trabalho é visto como salvação das impurezas. A atividade profissional é meio pelo qual, com suas ações racionais, realiza-se a vontade de Deus neste mundo e confirma-se a graça divina.

Ocorre, portanto, uma racionalização da conduta para dentro do mundo, mas para o bem do mundo do além. Essa é a consequência, segundo Weber, do conceito de vocação do protestantismo ascético⁷¹.

A salvação comprova-se por meio da ordem, da disciplina, e por meio de uma forma de vida metódica e eticamente racional⁷².

68 Modo de conceber a aquisição da graça de Deus de maneira diversa, portanto, do ascetismo monástico, que prega o afastamento das tarefas do mundo cotidiano.

69 Weber elabora um importante conceito ao longo de sua obra: o desencantamento do mundo. Um de seus significados é exatamente o processo de “desmagificação da religiosidade ocidental resultante da racionalização ético-ascética da conduta diária de vida” (PIERUCCI, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP, 2003, p. 218). Trata-se, pois, do processo pelo qual o protestantismo despojou-se dos meios mágicos de salvação, passando a compreender que a benção divina seria, sim, atingida pelo agir no mundo, através do trabalho cotidiano.

70 “[...] uma doutrina de salvação religiosa metódica nesse sentido sempre é uma ética de virtuosos [...] ela sempre exige a comprovação da virtuosidade [...] o mundo torna-se um dever imposto ao virtuoso religioso [...] que a tarefa consiste em transformá-lo de acordo com os ideais ascéticos [...] o mundo [...] é o único material em que o próprio carisma religioso tem de ser comprovado mediante ações éticas racionais, para se obter a certeza do estado de graça pessoal e continuar com ela. Como objeto dessa comprovação ativa, a ordem do mundo transforma-se, para o asceta nela colocado, numa vocação que deve cumprir racionalmente” (WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva Vol I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 364-365).

71 WEBER, 1996, p. 109.

72 WEBER, Op. cit., p. 366.

O trabalho vocacional é como uma dívida de gratidão à graça de Deus. Nessa lógica, mesmo o rico deve trabalhar, pois a riqueza não o exime do mandamento universal. O rico também recebe uma vocação da Providência Divina, que por ele deve ser reconhecida e exercida.

Com a tendência do puritanismo, o caráter providencial da divisão do trabalho mostra-se pelos resultados. A especialização das ocupações, por possibilitar maior desenvolvimento das habilidades, possibilita progressos quantitativos e qualitativos da produção, servindo assim ao bem comum.

Como defende a ética quacre, a vida profissional do homem lhe dá reino moral, propicia que ele cumpra sua vocação que é pedida por Deus. E a utilidade de uma vocação e a sua aprovação por Deus é orientada primeiramente por critérios morais, em seguida, pela importância dos bens produzidos pela coletividade e por fim pela lucratividade individual do empreendimento⁷³.

A riqueza é pecado apenas quando constitui uma tentação para uma vida ociosa e de vadiagem. Como empreendimento de um dever vocacional é moralmente permissível e recomendada.

A conduta ascética, dessa forma, é essencial no desenvolvimento do estilo de vida capitalista. O ascetismo educava as massas ao trabalho – o trabalhador aceitava empregar sua energia na produção capitalista para benefício de seus interesses éticos e religiosos.

Ainda, o puritanismo concebia a corrupção de tudo o que se refere à matéria e tinha um verdadeiro repúdio aos elementos sensuais e emocionais, à superstição e idolatria da carne. As atividades culturais que implicassem o prazer, ou com um sentido puramente estético ou esportivo eram afastadas. O luxo, o consumo, o usufruir da riqueza eram censurados pelo puritanismo. Não se tratava de desestimular o acúmulo de riqueza, mas, sim, de controlar e proibir o seu uso irracional, ligado às tentações materiais da carne e do desejo. A riqueza deveria ter um fim útil, prático e necessário.

A ambição pela riqueza em si mesma era condenável. A riqueza deveria ser a consequência da realização de um trabalho vocacional, meio de preservação da

73 Como afirmava Richard Baxter “Se Deus vos aponta um meio pelo qual legalmente obtiverdes mais do que por outro (sem perigo para a vossa alma ou para a do outro), e se o recusardes e escolherdes um caminho menos lucrativo, então estareis recusando um dos fins de vossa vocação, e recusareis a ser servo de Deus... Deveis trabalhar para serdes ricos para Deus, e, evidentemente, não para a carne ou para o pecado” (WEBER, Max. *Ética protestante e Espírito do capitalismo*. In: *Os Pensadores*, v. XXXVII, São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 216).

redenção da fé. A combinação desses dois fatores: restrição ao consumo e estímulo ao labor vocacional secular propiciaram a acumulação capitalista – o capital acumulado era então re-destinado à produção.

A influência desse estilo de vida puritano, que cada vez mais se estendia, favoreceu o desenvolvimento de uma vida econômica racional burguesa. Foi, segundo Weber, da classe de pequenos capitalistas, e não dos grandes magnatas financeiros, dos monopolistas empreiteiros governamentais, que surgiu o que passaria a caracterizar o capitalismo ocidental: a organização de classe média do trabalho industrial, baseada na propriedade privada⁷⁴.

Em “Seitas protestantes e o espírito do capitalismo”, Weber traz também a ideia de como o modo de vida metódico e racional de seitas protestantes estavam ligadas a questões do comércio e ao desenvolvimento econômico. Como o próprio Weber afirma: “Em geral, apenas tinham êxito nos negócios os homens que pertenciam às seitas batistas, metodistas ou outras semelhantes”⁷⁵.

As seitas ou congregações⁷⁶ eram formações voluntárias de pessoas, para além da Igreja, que se consideram altamente qualificadas no sentido moral e religioso. A entrada em uma dessas associações se dava por meio de votações e por isso, fazer parte delas, muito mais que ser filiado a uma Igreja, é prova das qualidades e princípios de um modo de vida ascético e metódico.

A boa vida moral da pessoa permitia que ela fizesse parte de uma congregação religiosa, e este fato correspondia a um certificado de qualificação moral, o que acarretava melhores condições no âmbito comercial: “[...] o sucesso capitalista de um irmão de seita, se conseguido legalmente, era prova de seu valor e estado de graça, e aumentava o prestígio e as possibilidades de propaganda da seita”⁷⁷.

Essas associações eram formas de ascensão social para a classe média empresarial. Mantinham e difundiam o ethos econômico burguês.

Esse fenômeno de disseminação de tais seitas correspondeu a um processo que Weber chamou de “secularização”, na medida em que o vínculo com a Igreja se tornava mais tênue, apesar da pregação da condução de vida ascética nos moldes religiosos.

⁷⁴ Ibidem, p. 229.

⁷⁵ WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 350.

⁷⁶ Alguns exemplos de seitas: quacres, adventistas, batistas.

⁷⁷ WEBER, Op. cit., p. 369.

Todavia, esse processo de secularização (desprendimento com a religiosidade), que teve origem com as seitas, intensificou-se e tomou um rumo diverso ao difundido pelo modo de vida ascético propagado por essas seitas. Weber coloca que as paixões, os apetites da carne, a soberba da vida cresceram proporcionalmente à prosperidade da riqueza: “[...] a intensidade da procura do reino de Deus gradualmente começa a transformar-se em sóbria virtude econômica, quando lentamente desfalecem as raízes religiosas, dando lugar à secularidade utilitária”⁷⁸. E, o que a época de grande religiosidade do século XVII deixou de herança aos seus utilitários sucessores foi uma consciência positiva do endinheiramento enquanto este ocorre por vias legais.

“Lembra-te de que tempo é dinheiro, de que crédito é dinheiro, de que direito é de natureza procriativa e que dinheiro pode gerar mais dinheiro, de que o bom pagador é o dono da bolsa alheia [...]”: todas estas orientações de Benjamim Franklin representam o conteúdo dessa ascese vocacional do puritanismo, sem a fundamentação religiosa que à sua época já havia desaparecido.

O ascetismo secular contribuiu para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série por meio de máquinas, que determina o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob esse sistema⁷⁹.

Os bens materiais adquiriram uma importância inexorável na vida dos homens e uma vez estruturada, a forma de vida capitalista dispensou qualquer fundamentação ética ou religiosa: “Quem não adaptar sua maneira de vida às condições de sucesso capitalista é sobrepujado, ou pelo menos não pode ascender”⁸⁰. O capitalismo vencedor, apoiado em sua própria mecânica autoreguladora, não carece mais do abrigo da religião⁸¹.

3 MICHEL FOUCAULT: A DISCIPLINA DOS CORPOS E O CONTROLE DA VIDA

78 WEBER, 1974, p. 231.

79 É importante destacar que Weber não faz uma análise mecanicista da sociedade, ou seja, para ele o protestantismo não foi necessariamente a causa determinante para se alcançar a peculiaridade do capitalismo moderno ocidental. Outros fatores para isso contribuíram. Para Weber não há um determinismo entre as causas e os efeitos; isso quer dizer que para ele as mesmas causas podem acarretar em consequência diversas – tudo depende da conjugação de valores que se estabelecerá.

80 WEBER, 1974, p. 201.

81 Ibidem, p. 235.

Michel Foucault observando o sujeito moderno, inserido na lógica burguesa capitalista e no progresso científico, constatou um sujeito diferente, construído não apenas pela ideia de emancipação (cujo instrumento era a razão), mas por mecanismos a ele externos, que não deixavam de carregar em si uma certa racionalidade. Como bem observou Foucault, o sujeito moderno, autônomo e dono de si sofreu muitas pressões e golpes do sistema capitalista.

A autonomia foi forjada pela lógica do capital. A abstração do sujeito de direitos, dotado de poderes, a igualdade formal e a liberdade eram inquestionáveis enquanto serviam de instrumentos para circulação de riquezas e formulação de contratos.

Foucault rompe com a concepção transcendental e universal do sujeito, partindo da ideia de que o sujeito é constituído pela história a todo momento. E a história do desenvolvimento do capitalismo constituiu um sujeito bastante útil para funcionar nas engrenagens do seu sistema.

Esse autor toma o sujeito em três dimensões: saber, poder e “si”. A relação saber-poder é fundamental para entender o sujeito na ótica foucaultiana. Para Foucault, o saber depende do poder e vice-versa; eles formam uma relação complexa e indissociável, pois não há poder sem um discurso de verdade e não há verdade sem um poder que a sustente. Nesta lógica, são construídos os discursos que, por sua vez, constroem as epistemes, que correspondem aos saberes de cada época da história.

O sujeito surge para Foucault como produto de discursos, sendo resultado de uma dada configuração de saberes, configurações discursivas criadas por mecanismos de poder⁸².

Para Foucault, o discurso opera efeitos na realidade, causando exclusões, definindo regiões e criando subjetividades. Na sociedade moderna, os saberes no discurso procuram definir a fronteira da normalidade. O saber, transferido pelo discurso, detém esta função normalizadora⁸³.

O discurso é externo ao sujeito, dele não se origina, nem depende, pois, o sujeito é por ele construído. Foucault não acredita no poder libertador da razão,

82 Para Foucault, discurso corresponde a um conjunto de enunciados. Resumidamente: “(...) os enunciados formam práticas discursivas que por sua vez formam epistemes, que caracterizam a configuração dos saberes de uma época” (FONSECA, 2001, p. 78).

83 “O sujeito não é uma substância e sim uma forma que não é sempre idêntica a si mesma. Ele se constitui nesta ou naquela forma, como louco, como delinquente ou não, por meio de práticas tais como os jogos de verdade e práticas de poder” (ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 211).

uma vez que o sujeito está condicionado aos jogos de verdade⁸⁴ (proporcionados pelo discurso) e poder.

A noção de poder em Foucault é dotada de grande peculiaridade. O autor concebe o poder soberano, mas deste tira o foco de seu estudo. Para ele, além do poder soberano operando sobre os sujeitos, existem outras formas de poderes. Trata-se de micropoderes, que se exercem em rede, não mais apenas de cima para baixo como o poder soberano, mas em todas as direções. São poderes normaliza-dores, que Foucault classificará como o poder disciplinar (disciplina).

Alguns fenômenos foram responsáveis pela generalização da disciplina e pelo surgimento da sociedade disciplinar: a Reforma, o crescimento demográfico, a re-organização do sistema judiciário e penal nos diferentes países da Europa e o desenvolvimento do capitalismo⁸⁵.

O poder disciplinar, que surgiu a partir do século XVII e XVIII ficará bem explicitado na obra *Vigiar e Punir*, na qual o autor expõe as práticas de disciplina que, com seu saber-poder normalizador, constituem e sujeitam o sujeito⁸⁶.

O poder disciplinar é direcionado ao corpo do sujeito – o corpo foi descoberto, na era clássica, como alvo do poder. São criados mecanismos de controle sobre o corpo, que lhe impõem uma relação de docialidade-utilidade, ou seja, “[...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”⁸⁷.

A disciplina toma os sujeitos como objetos, adestrando-os e fabricando-os, tornando-os mais úteis e obedientes. Forma-se uma política de coerções que busca a manipulação calculada dos elementos, dos gestos e dos comportamentos.

A disciplina aumenta a força dos corpos para torná-los economicamente mais úteis. Nas palavras de Foucault: “(...) a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”⁸⁸.

84 “O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la” (FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996a. p.20).

85 FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996b. p. 79.

86 “Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder [...] corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003b. p. 117.)

87 *Ibidem*, p. 119.

88 *Idem*.

A disciplina opera a distribuição dos indivíduos no espaço pelo princípio do quadriculamento – cada indivíduo no seu lugar: “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto os corpos ou elementos há a repartir”⁸⁹. O controle do espaço foi fundamental para o controle dos corpos e de seu rendimento e utilidade: “Tática, ordenamento espacial dos homens; taxionomia, espaço disciplinar dos seres naturais; quadro econômico, movimento regulamentado das riquezas”⁹⁰.

Além do espaço, o controle do tempo também é fundamental: todo o tempo deveria ser útil e bem empregado: “[...] controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil”⁹¹. No tempo disciplinar o exercício do corpo é empregado integralmente – nenhum segundo deve ser ocioso e inutilizado. Do tempo se extrai sempre mais instantes e dos instantes sempre mais forças. O trabalho empregado no tempo deve ser cada vez mais produtivo.

Percebe-se aí, uma forte relação com a condução de vida ascética do protestantismo – a utilidade máxima do tempo e a aversão a toda ociosidade. Foucault mesmo, quando discorre dos exercícios adequados para a maximização do tempo e do rendimento, cita a proposta ascética: “[...] foram talvez processos de vida e de salvação comunitárias o primeiro núcleo de métodos destinados a produzir aptidões individualmente caracterizadas, mas coletivamente úteis. Sob sua forma mística ou ascética, o exercício era uma maneira de ordenar o tempo aqui de baixo para a conquista da salvação”⁹².

Apesar de Foucault não se prender à questão da análise religiosa do protestantismo ascético, é evidente uma relação existente entre a disciplina por ele deflagrada e o modo de vida ascético demonstrado por Weber, voltado à racionalidade, à ordem, à valorização do trabalho e à repressão da ociosidade.

Ainda, segundo Foucault, a disciplina é operacionalizada basicamente por três mecanismos: a vigilância; a sanção normalizadora e o exame.

A vigilância é o componente fundamental para o funcionamento das instituições modernas (escolas, hospitais, fábricas, quartéis, prisões), locais onde o poder disciplinar se materializa. O modelo desta vigilância disciplinar é a figura do panóptico, configurando, assim, uma sociedade de disciplina e controle⁹³. Esse panóptico representa os olhares constantes e invisíveis sobre corpos adestrados e obedientes. A

89 Ibidem, p. 123.

90 Ibidem, p. 127.

91 Ibidem, p. 128.

92 FOUCAULT, 2003b, p. 137.

arquitetura é feita não mais para ser vista, mas para tornar visíveis os que nela se encontram: “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento”⁹⁴.

Na medida em que o processo de produção se torna mais complexo, demandando um maior número de operários, o controle se torna mais necessário. A vigilância passa a ser, então, um elemento fundamental da produção, para torná-la mais eficiente e rentável. Como afirma Foucault, a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, tendo em vista ser uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar⁹⁵.

A vigilância de Deus, na lógica religiosa protestante, que observa as atividades mundanas para a obtenção da graça divina, materializa-se nas instituições disciplinares (escolas, fábricas, quartéis, hospitais) por olhares humanos especializados.

A segunda dimensão da disciplina, a sanção normalizadora, direciona-se para o estabelecimento de uma ordem, artificialmente construída, por meio de castigos e punições, similares ao modelo jurídico. A punição disciplinar oscilará entre o castigo e o prêmio, fixando-se assim padrões e modelos de comportamento. Por meio de uma infrapenalidade abarcam-se os vazios deixados pelas leis⁹⁶.

Mais uma vez pode-se detectar uma semelhança com o modo de vida ascético do protestantismo. A rigidez em relação ao tempo, a preocupação com a eficiência das atividades, a atenção às maneiras de se portar, de se falar e a aversão aos elementos sexuais e sensuais do corpo.

Os castigos, na lógica disciplinar, têm uma função corretiva, de reduzir os

93 Panóptico corresponde a uma figura criada por Jeremy Bentham, que pela peculiar forma de construção permite que todos os locais sejam passíveis de vigilância e controle: “[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre, esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (FOUCAULT, 2003b, p. 166). Ainda “[...] este panoptismo existe, ao nível mais simples e no funcionamento quotidiano de instituições que enquadram as vidas e os corpos dos indivíduos; o panoptismo, ao nível, portanto, da existência individual” (FOUCAULT, 1996b, p. 107).

94 FOUCAULT, 2003b, p. 145.

95 FOUCAULT, 2003b, p. 147.

96 “Na oficina, na escola, no exército funciona uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), de maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência)” (Ibidem, p. 149).

desvios. O prêmio, por sua vez, estimula o comportamento tido como o “adequado”. A norma, portanto, funciona por este mecanismo binário do “bom” e do “mau”, do “permitido” e do “proibido”, operando uma diferenciação dos próprios indivíduos e não apenas de seus atos – os indivíduos são hierarquizados de acordo com suas competências, aptidões e qualidades morais (mais uma vez, como no ascetismo protestante, segundo o qual qualquer desvio da conduta metódica e racional por ele pregada era corrigido e censurado)⁹⁷.

Por fim há o exame, o mais ritualizado dos dispositivos da disciplina. Nele se combina a formação de um saber e um exercício de poder, a hierarquia da vigilância e a sanção normalizadora da norma. Por este instrumento os indivíduos são documentados, registrados, são passíveis de análise e descrição, tornando-se objetos – objetos do exame. Os indivíduos são caracterizados de acordo com determinados fenômenos, estando ligados pela norma aos traços, padrões e medidas que determinam a normalidade e o desvio. O exame corresponde, então, ao mecanismo que possibilita um sistema de descrição do comportamento dos sujeitos.

Nos hospitais, os indivíduos são constantemente observados e examinados – aparece a categoria do enfermeiro; nas escolas, o exame fará parte de toda a operação de ensino e permite ao mestre levantar um verdadeiro campo de conhecimentos de seus alunos.

O exame dá origem a vários códigos de individualidade: o código físico de qualificação, código médico dos sintomas, código escolar ou militar dos comportamentos e dos desempenhos – trata-se, pois da formalização do individual.⁹⁸

O exame será a forma de saber-poder que dará lugar às ciências humanas, como a Psicologia e a Sociologia, na medida em que o sujeito é objetivado pelo conhecimento, seu corpo, seus gestos, seus comportamentos. O indivíduo é medido, comparado, analisado, descrito, mensurado, classificado, normalizado: “(...) a criança, o doente, o louco, o condenado se tornarão, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a dos mecanismos de disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos”⁹⁹.

Um traço característico da disciplina é justamente a invisibilidade do poder.

97 “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compra, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza [...] Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (Ibidem, p. 153).

98 FOUCAULT, 2003b, p. 158.

99 Ibidem, p. 160.

Enquanto no modelo soberano o poder era visível e materializado na figura do rei, e os súditos uma grande massa anônima, no poder disciplinar esta realidade se inverte – os súditos, objetos do poder se tornam visíveis, enquanto o poder que sobre eles é inserido se torna anônimo.

Como afirma Foucault, o poder disciplinar não tem um centro, como o poder soberano, pois ele está disseminado na sociedade e nela transpassa não apenas no sentido vertical, de cima para baixo, mas no sentido horizontal – é um poder que se estabelece em redes.

É importante ressaltar que Foucault expõe que o poder disciplinar teve sua origem dentro da própria sociedade e que depois, aos poucos, seus mecanismos foram sendo apropriados pelo poder estatal. Foucault deixa isso bem claro em seu livro “Verdades e formas jurídicas”, quando relaciona o surgimento da sociedade disciplinar com as mudanças do sistema penal na Europa a partir do século XVIII.

Na Inglaterra, expõe o autor, em razão de seu sistema penal muito rigoroso, existiu uma série de mecanismos de controle da população e de controle dos indivíduos que partiam da própria população para se fugir da repressão do Estado: a “vontade de fazer reinar a ordem era, no fundo, uma forma de escapar ao poder político, pois este detinha um instrumento formidável, aterrorizador e sanguinário: sua legislação penal”¹⁰⁰.

Foucault cita exatamente o exemplo das comunidades religiosas dissidentes do anglicanismo (tipo de protestantismo), os quakers e os metodistas, compostas por pequenos burgueses, que se encarregavam de organizar sua própria polícia, por meio de sociedades de reforma moral. As sociedades de amigos, de inspiração quaker e as comunidades metodistas eram responsáveis pelos casos de embriaguez, adultério, prostituição, recusa de trabalhar – realizavam então, uma dupla tarefa: a vigilância e a assistência¹⁰¹.

Outro exemplo é a chamada Sociedade para a Reforma das Maneiras (comportamento e conduta), do século XVII, que é ressuscitada sob a influência de Wesley (metodista), que se propunha a impedir os jogos, reprimir a prostituição, o adultério, tudo o que pudesse manifestar desprezo a Deus¹⁰².

100 FOUCAULT, 1996b, p 92.

101 “Mas, ao mesmo tempo em que os assistiam, elas se atribuíam a possibilidade e o direito de observar em que condições era dada a assistência: observar se o indivíduo que não trabalhava estava efetivamente doente, se sua pobreza e miséria eram devidas à devassidão, à bebedeira, aos vícios, etc. Tratava-se, portanto, de grupos de vigilância espontânea com origem, funcionamento e ideologia profundamente religiosos” (Ibidem, p. 90).

102 Idem.

Foucault, assim como Weber, também aponta o processo de laicização destas sociedades de controle social ao longo do tempo, ou seja, aos poucos a preocupação com a moral e os bons costumes estendeu-se para além dos interesses religiosos, tornando-se um interesse secular da sociedade em si. O autor aponta que no decorrer do século XVIII estas sociedades de reforma social alteram o seu perfil popular e pequeno burguês, e passam a ser comandadas pelas classes sociais mais ricas. Isso correspondeu justamente ao processo em que a reforma moral deixa de ser auto-defesa penal para se tornar um reforço da autoridade penal – ocorre, portanto, uma estatização dos mecanismos disciplinares disseminados pelo grupos sociais de controle¹⁰³.

A absorção dos mecanismos disciplinares pelo Estado, mais especificamente pelo aparelho judiciário penal, implicou uma preocupação em se corrigir os indivíduos não mais apenas ao nível de suas infrações, mas ao nível de seus comportamentos.

Foucault ainda apresenta o quão vinculado com o desenvolvimento do capitalismo estava o surgimento destes grupos de controle social. Como bem ele expõe, a partir do século XVIII, novos tipos de riquezas começam a surgir: mercadorias, estoques, oficinas, matérias-primas, etc. Assim, o controle social destinava-se a proteger essas riquezas constantemente expostas à depredação pelas comunidades mais pobres da população. A preocupação moral também era, indiretamente, uma preocupação material, portanto. Assim, constituiu-se uma versão estatal e autoritária, associada à classe industrial, dos proprietários, de mecanismos de controle originalmente popular ou semipopular, em razão da nova distribuição espacial e social da riqueza¹⁰⁴.

Para Foucault, a absorção dos mecanismos disciplinares pelo Estado, mais especificamente, pelo aparelho judiciário penal, ainda, implicou uma preocupação em se corrigir os indivíduos não mais apenas ao nível de suas infrações, mas ao nível de seus comportamentos.

103 “[...] um deslocamento da moralidade à penalidade [...] A ideologia religiosa, surgida e fomentada nos pequenos grupos quakers, metodistas, etc, na Inglaterra do fim do século XVII, vem agora despontar, no outro pólo, na outra extremidade da escala social, do lado do poder, como instrumento de controle de cima para baixo. Auto-defesa no século XVII, instrumento de poder no início do século XIX” (FOUCAULT, 1996b, p. 93).

104 Ibidem, p. 102.

4 CONCLUSÃO

Constata-se, então, que tanto Foucault quanto Weber, tentaram compreender o desencadeamento histórico de alguns acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo: Foucault, a partir de seu principal referencial de análise, qual seja, o sujeito, procurou compreender como este, privado de sua autonomia auto-constituente e manipulado por um discurso de verdade de uma autonomia e razão transcendentais, foi doutrinado e disciplinado para atuar na lógica do capitalismo - o sujeito racional e emancipado era o proprietário, os demais sujeitos tornaram-se corpos dóceis e úteis, cuja razão aprendeu a obedecer as normas e as sanções das disciplinas.

Weber, com sua sociologia das religiões, por sua vez, não procurou compreender as religiões em si, mas sim o processo de racionalização característico e peculiar da modernidade¹⁰⁵. Esse processo de racionalização apontado por Weber, que se deu nas mais variadas esferas da sociedade, está relacionado ao desenvolvimento do capitalismo ocidental. A racionalização na esfera da religião, o desencantamento do mundo, veiculados principalmente pelo protestantismo ascético, foi um ponto que especificamente chamou atenção de Weber e para ele foi um dos elementos responsáveis pela peculiaridade do capitalismo ocidental – a desmagificação da religião propiciou a racionalização da vida ¹⁰⁶.

Verifica-se que o próprio Foucault indica a influência da Reforma como um dos fenômenos responsáveis pela disseminação da forma disciplinar de poder. A diferença que a análise de Foucault tem, com relação à Weber, está no desvio de foco: enquanto Weber analisa os valores protestantes como influentes no padrão de conduta dos indivíduos e em como isto influenciou e contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo (a ética vocacional intramundana), Foucault analisa os mecanismos disciplinares em si e como estes tornaram os sujeitos aptos para funcionarem como engrenagens do sistema capitalista.

Ambos analisam mecanismos a partir dos quais os sujeitos foram utilizados e docilizados: o primeiro a partir da doutrina da salvação da alma e o segundo a partir da disciplina dos corpos. A relação, não obstante, é muito próxima, na medida em que, de acordo com o protestantismo ascético, a salvação da alma dependia da disciplina do corpo. Além disso, o próprio Weber não permanece preso ao viés religioso:

105 PIERUCCI, 2003, p. 18.

106 “Para Weber, pois, tanto o desenvolvimento econômico-capitalista quanto o progresso científico-tecnológico precisaram [...] da apresentação e disseminação de uma conduta de vida racional na medida em que, sendo ela a expressão viva de uma racionalização ética via trabalho objetivante, foi vetor de uma tomada de posição desencantada e dominadora ante o mundo natural” (Ibidem, p. 207).

ele verifica o processo de secularização que a conduta de vida ascética adquiriu, principalmente, a partir das chamadas seitas protestantes.

Conclui-se, então, que não obstante todas as diferenças que afastam as teorias de Weber e Foucault, a preocupação de ambos com o processo da modernidade e seus olhares atentos e extremamente críticos em relação à realidade que os rodeavam os aproximam em alguns pontos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo. Pode-se observar que ambos, muito embora partindo de premissas diferentes e aprofundando elementos distintos, verificaram a sujeição do indivíduo perante o capital.

Tornamo-nos corpos dóceis e úteis e almas disciplinadas e doutrinadas para o sistema capitalista. Não é necessário ser protestante para se valorizar o trabalho e o tempo; não precisamos mais estar entre as paredes das instituições para termos nossa subjetividade atingida e moldada. Definitivamente não salvamos nossas almas e estamos cada vez mais presos em nossos corpos e desencantados com o mundo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault e a crítica do sujeito. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- ARGUELLO, Katie. O Ícaro da modernidade: direito, política em Max Weber, São Paulo: Acadêmica, 1997
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. Modernidade e Contrato de Trabalho. Editora LTR. São Paulo, 2001
- ~~~~~
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996^a.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 1996b.
- _____. A vontade de saber: história da sexualidade. vol. I. 15 ed. São Paulo: Graal, 2003a.
- _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003b.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva Vol I. Brasília:

editora UNB, 1991.

_____. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. Ética protestante e espírito do capitalismo. In: Os Pensadores, v. XXXVII, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Ética protestante e o espírito do capitalismo. 12ª edição. São Paulo: Editora Pioneira, 1996.